

Ao

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**MSP – POLÍCIA FEDERAL**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES – CPL/SELOG/SR/PF/SC**

**SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - SCCENOP**

**LOGISTICA – CURITIBA – PR**

**REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00008/2018-000 SRP**

**PROCESSO Nº 08490.004622/2018-81**

**D&D TECNOLOGIAS E INFORMATICA LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.772.878/0001-69, com sede ADE Conjunto 13 Lote 18 Parte I – Águas Claras – DF, na qualidade de licitante, vem à presença de V. Sa., por seu representante legal infra-assinado, com fundamento no art. 9º da Lei 10.520/02 c/c art. 41, §1º da Lei 8.666/93, apresentar tempestivamente

## **IMPUGNAÇÃO**

aos termos do Edital acima referenciado, pelas razões a seguir, requerendo, para tanto, sua apreciação, julgamento e admissão.

### **1 - DO OBJETO LICITADO:**

A Superintendência Regional da Polícia Federal em Santa Catarina, por meio do Setor de Administração e Logística Policial (SELOG/SR/PF/SC), promove licitação para REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tendo como objeto:

[...]o registro de preços para aquisição de materiais de ergonomia e saúde ocupacional para utilização dos servidores da Superintendência e delegacias do interior do estado de Santa Catarina, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

## **II – DA IRREGULARIDADE EDITALÍCIA - Valor estimado impraticável no mercado**

Examinando criteriosamente o Instrumento Convocatório e seus Anexos, verificou-se irregularidade qual, se não sanada, comprometerá a lisura do procedimento, podendo ainda ensejar a INEXECUÇÃO do serviço público.

O valor estimado previsto no Edital está muito abaixo dos valores realmente praticados no mercado, impossível de cobrir os custos dos equipamentos a serem adquiridos, considerando a qualidade / material desses equipamentos, conforme especificado no TR, em especial dos seguintes itens:

- |  |   |                   |
|--|---|-------------------|
| <b>1)</b><br><b>APOIO PARA PÉS</b>         | <i>Com regulagem de altura que pode ser acionada com os pés, inclinação com balanço, tampo com textura, bolinhas massageadoras e pés emborrachados; em conformidade com a Norma Regulamentadora 17/7.3.4.</i>   | <b>R\$ 90,81</b>  |
| <b>2)</b><br><b>MOUSE PAD</b>              | <i>Material borracha neoprene, acabamento superficial tecido, tamanho almofada 50 x 120, tamanho plataforma 215 x 180, características adicionais ergonômico, com apoio para o punho em gel, aplicação uso de mouse com prevenção a ler</i>   | <b>R\$ 13,47</b>  |
| <b>5)</b><br><b>SUORTE APOIO ANTEBRAÇO</b> | <i>Dobrável, com fixação tipo morsa com abertura de 32 mm, regulagem avanço de 45 mm, material chapa de aço e espuma poliuretano, dimensões aproximada do apoio: 195 X 180 mm, acabamento com estruturas zincadas revestida com espuma EVA, capacidade mínima de carga: 30 kg e peso Máximo: 2 Kg</i> | <b>R\$ 188,25</b> |

**Observando-se o valores orçados, em comparação aos valores praticados em outras licitações DOS MESMOS EQUIPAMENTOS, percebe-se que a estimativa de preços, *in casu*, é totalmente impraticável.**

Se comparada aos valores estabelecidos no Edital do **PREGÃO Nº 010/7062-2017, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 7987/2017 - PROCESSO Nº 7062.01.0357.01/2017**, promovido pela **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, vê-se que os mesmos itens foram estimados em valores bem superiores, mais próximos da realidade de mercado. Sendo:

1) <u>APOIO PARA OS PÉS</u> com valor unitário de <b>R\$ 195,31</b>
---

2) <u>MOUSE PAD</u> com valor unitário de <b>R\$ 99,42</b>
--

Impossível não destacar a relevante diferença de valor entre os itens estimados naquela oportunidade e os ora orçados. Sendo válido destacar que houve execução do serviço com o devido envio do material, em conformidade com a Ordem de Fornecimento Nº 07987.010.2017.223.

Já referente ao item 5 “**suporte apoio antebraco**”, é válida a comparação com os valores estimados na licitação promovida pela Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Goiás (Edital PE nº 127/2016, processo nº 201600410815), o qual constou como valor do equipamento a quantia de **R\$ 198,00**.

Verifica-se quanto ao presente Edital que há **falta de atualização mercadológica**, não sendo considerado o material utilizado, bem como as devidas cotações referentes aos custos de tributo e frete, os quais necessariamente se incorporarão ao valor final dos itens.

Nesse sentido, mister se faz que os valores sejam praticados de modo a tornar o serviço exequível, tendo em vista que do contrário, correrá a Administração no grande risco de efetuar uma contratação de proposta inexecuível, bem como de ter um procedimento licitatório com prejuízo à ampla competitividade.

Conforme dito acima, exsurge claro aos olhos que o valor estimado **não possui amparo do mercado**, fazendo com que o pregão possa ser deserto e sejam em vão os recursos públicos empreendidos no certame.

Ora, a estimativa de preços apresentada pela Administração Pública deve corresponder a uma contraprestação justa e razoável, de forma a cobrir os custos e permitir que o contratado aufera minimamente lucro. No entanto, pelo que se constata, o valor estimado para a contratação, isto é, aquilo que se admite como valores máximos para fins de elaboração das propostas, não está consoante os valores de mercado.

O valor estimado para a prestação do serviço ora licitado, apresenta portanto, indícios de inexecuibilidade, pois não é suficiente sequer para cobrir os custos do serviço e seus encargos.

### **III – DO RISCO DE INEXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA ou DA LICITAÇÃO RESTAR DESERTA**

Sabe-se que na licitação a Administração busca selecionar a proposta mais vantajosa, por meio de critérios objetivamente definidos em seu Edital e Anexos, de acordo com a legislação vigente. Ocorre que em alguns casos, tal qual o ora em apreço, identifica-se certa **dissonância com relação aos critérios objetivos utilizados para definir a exequibilidade ou não dos preços ofertados**, de modo que, a distância para com a realidade pode permear em uma licitação sem interessados, ou ainda na contratação de propostas inexecuíveis, tendo consequência extremamente desvantajosa para a Administração, frente ao risco de inexecução/paralisação do serviço.

No caso em tela, identificou-se que **os preços de referência não estão em consonância com os realmente praticados no mercado**, na verdade sendo cotados ABAIXO. A etapa de pesquisa prévia, certamente não levou em consideração outros fatores que compõem os preços dos itens, de forma direta ou indireta, tais como tributos e frete.

É cediço que a Administração busca a proposta mais vantajosa, tendo como princípio balizador o da economicidade. Todavia, é inerente à atividade empresária que preste o serviço por meio de contraprestação suficiente para cobrir os custos da operação, incluindo-se fornecedores e insumos, devendo assim garantir a sobrevivência do negócio.

É indispensável, assim, que a Administração avalie, de forma crítica, a pesquisa de preço obtida junto ao mercado. Esse foi o entendimento proferido pelo

**TCU no Acórdão 403/2013 – Primeira Câmara, TUDO PARA GARANTIR QUE OS VALORES ORÇADOS ESTEJAM O MAIS FIEL POSSÍVEL COM OS PREÇOS MÉDIOS DE MERCADO.**

Nesse cenário, a Administração deve zelar para estimar preços condizentes com a realidade, possibilitando ao Pregoeiro um juízo de valor apenas entre propostas exequíveis, vez que a inexecutabilidade de preços implica necessariamente na desclassificação da proposta, ainda quer seja ela a menos onerosa.

O Prof. Jesse Torres assevera sobre o preço inexecutável, ou inviável:

Preço inviável é **aquele que sequer cobre o custo do produto, da obra ou do serviço**. Inaceitável que empresa privada (que almeja sempre o lucro) possa cotar preço abaixo do custo, o que a levaria a arcar com prejuízo se saísse vencedora do certame, adjudicando-lhe o respectivo objeto. Tal fato, por incongruente com a razão de existir de todo empreendimento comercial ou industrial (o lucro), conduz, necessariamente, à presunção de que a empresa que assim age está a abusar do poder econômico, com o fim de ganhar mercado ilegítimamente, inclusive asfixiando competidores de menor porte. São hipóteses previstas na Lei nº 4.137, de 10.09.62, que regula a repressão ao abuso do poder econômico. (PEREIRA JÚNIOR, 2007, p. 557-558)

Para Hely Lopes Meireles, evidencia-se a inexecutabilidade de preços nas seguintes situações:

[...] A inexecutabilidade se evidencia nos preços zero, simbólicos **ou excessivamente baixos**, nos prazos impraticáveis de entrega e nas condições irrealizáveis de execução diante da realidade do mercado, da situação efetiva do proponente e de outros fatores, preexistentes ou supervenientes, verificados pela Administração. (MEIRELES, 2010, p. 202).

A Administração, portanto, ao julgar as propostas deve analisar os preços **tendo como parâmetro o valor estimado**, dessa forma, para que se faça uma correta avaliação entre as propostas apresentadas, **é imprescindível que os preços estejam fieis aos de mercado**, logo coibindo a apresentação de propostas com valores inexecutáveis (as quais, conforme estabelece o artigo 48, II da Lei nº 8.666/93, serão desclassificadas, frustrando assim a finalidade da licitação):

Art. 48. Serão desclassificadas:

[...]

II - propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação.

**Como percebe-se, o erro em licitar com preços abaixo dos de mercado, é responsável por ensejar erros de propostas com valores irreais, representando uma contratação arriscada para a Administração, isso quando não ensejar em prejuízo à competitividade (tendo em vista que empresas sérias temerão participar de um procedimento que não tenha cotado como valor estimado sequer os custos da operação, sendo, portanto, infrutífera sua participação).**

A cotação de preços em fidedignidade aos praticados no mercado, nos termos do art. 15, V da Lei Nº 8.666/93, é medida de extrema importância para a obtenção do bom resultado da disputa, vez ser parâmetro para análise de exequibilidade das propostas. **Ora, a contratação menos onerosa, nem sempre é a mais vantajosa.**

A qualidade do valor orçado pela Administração, portanto, é fundamental para a aferição da proposta apresentada na licitação, conforme destacado pelo notável Prof. Carlos Motta:

Destarte, e em resumo, o critério descrito no art. 48, notadamente, no § 1º, almeja aferir parâmetros de concretude, seriedade e firmeza da proposta. **A consecução desse objetivo dependerá certamente da fidedignidade do valor orçado pela Administração, base de todo o cálculo. (MOTTA, 2008, p. 534)**

Entende o Professor Joel de Menezes Niebhur que a admissão de propostas inexequíveis pode ser desastrosa para a Administração e ao invés de trazer vantagens, impõe à ela prejuízos como obras mal estruturadas, objetos imprestáveis, reparações, manutenções, além de novos, demorados e onerosos processos licitatórios (NIEBUHR, 2005, p. 195).

A necessidade de a Administração afastar a proposta que for comprovadamente inexequível foi bem defendida pelo preclaro Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Roque Citadini:

Por outro lado, da mesma forma que o Poder Público deve afastar as propostas que apresentarem preços claramente excessivos, deverá também fazê-lo, quando os preços forem exageradamente baixos, incompatíveis com a regular execução contratual. Quando os preços se mostrarem inferiores aos que possua a Administração, o proponente deverá demonstrar que sua proposta é exequível. Para tanto, deverá socorrer-se, assim como o Poder Público, de comparações com os preços vigentes no mercado ou praticados por outros órgãos públicos, da mesma ou de outra esfera administrativa. Na documentação que juntar para comprovar a viabilidade de sua proposta, além de comparações citadas deverá demonstrar que os seus custos de insumos são compatíveis com os praticados pelo mercado, ou por outros órgãos públicos. Os critérios de comprovação de exequibilidade deverão estar previstos no próprio ato convocatório; no entanto, não se pode exigir além do estabelecido em lei, no que diz respeito a comparação de preço e de produtividade. (CITADINI, 1977, p. 277)

Outra questão envolve o **aumento dos custos de gerenciamento do contrato**, pois à Administração deverá estar muito atenta quanto aos materiais empregados e a qualidade da prestação dos serviços, para garantir às vantagens ofertadas na proposta. Assim aconselha Marçal Justen Filho:

**[...] Usualmente, a contratação avençada por valor insuficiente acarretará a elevação dos custos administrativos de gerenciamento do contrato.** Caberá manter grande **vigilância** quanto à qualidade e perfeição do objeto executado e litígios contínuos com o particular, sempre interessado em obter uma solução que propicie a reestruturação da contratação. Logo, as vantagens obtidas pela Administração poderão ser meramente aparentes. No final, a Administração obterá ou um objeto de qualidade inferior ou se deparará com problemas muito sérios no tocante à execução do contrato. (JUSTEN FILHO, 2010, p. 654-655).

Constata-se, portanto, que a adjudicação do objeto à empresa licitante, cuja proposta mostre-se tardiamente inexequível, gerará graves prejuízos à Administração, e **o que parece economicamente vantajoso poderá se tornar um grave problema.**

Com todo o exposto, conclui-se que o problema mais grave representa a cotação de valores a menor que os realmente praticados, sob o risco de prejuízo à competitividade do certame ou ainda de contratação de proposta inexecutável, maculada de ausência de segurança e previsibilidade.

Caso seja mantida a estimativa constante no Edital, a contratada arcará com os gastos para prestar o serviço, o que não é permitido, configurando flagrante afronta ao princípio da legalidade e até mesmo da moralidade, pois a contratante, através de sua estimativa, tem como escopo receber um serviço sem a contraprestação justa e razoável pela execução do serviço.

**Impõe-se assim a necessidade de alteração da estimativa de preço, de forma a ser previsto um valor justo e razoável para a contratação, suficiente a cobrir o custo dos serviços, coadunando-se assim com a realidade do mercado e dos valores atualmente praticados.**

Diante do exposto, o ato administrativo correto a ser praticado no presente caso é o adiamento para posterior reforma do Edital, republicando-se os seus termos e reabrindo o prazo de intervalo mínimo, para apresentação das propostas, nos termos do art. 21 da Lei nº 8.666/93.

#### **IV – DOS REQUERIMENTOS**

Isto posto, merece reforma o Ato Convocatório e/ou seus Anexos no que concerne aos vícios ora apontados. **REQUERENDO** a V. Sa., com acatamento e respeito, o recebimento, análise e admissão desta peça, afim de que sejam retificados os valores estimados, nos termos acima expostos, republicando-se os seus termos e reabrindo o prazo de intervalo mínimo, para apresentação das propostas.

Caso este não seja o entendimento de V. Sa., o que apenas por hipótese se admite, requer seja o Edital em comento anulado e refeito, posto que eivado de vícios que afrontam a Constituição Federal e a Lei de Licitações, pugnando-se ainda pela emissão de parecer, informando quais os fundamentos legais que embasaram a decisão do Sr. Pregoeiro.

Informa, outrossim, que na hipótese, ainda que remota, da manutenção dos vícios editalícios impugnados, tal decisão certamente não prosperará perante o



Poder Judiciário, pela via mandamental, **sem prejuízo de representação junto ao Tribunal de Contas.**

Nestes Termos,  
Pede e espera deferimento.

Brasília/DF, 08 de agosto de 2018.  
D&D TECNOLOGIAS E INFORMÁTICA LTDA  
CNPJ: 05.772.878/0001-69  
*James Campos de Alencar*  
Dep. Administrativo

---

**D&D TECNOLOGIAS E INFORMATICA LTDA**